

SIMULADO TÉCNICO

MPU

CARTÃO DE RESPOSTAS - SIMULADO TÉCNICO MPU

NOME:

INSTRUÇÕES

- Verifique o seu nome, o número da sua inscrição e os demais dados impressos neste **CARTÃO DE RESPOSTAS**. Escreva o seu nome e assine nos locais apropriados somente quando autorizado pelo aplicador da prova, no momento da identificação.
- Marque as respostas neste **CARTÃO DE RESPOSTAS**, no campo correspondente a cada questão.
- O **CARTÃO DE RESPOSTAS** é o único documento que será utilizado para a correção de sua prova objetiva. Não amasse, não dobre nem rasure o seu **CARTÃO DE RESPOSTAS**. As marcações no **CARTÃO DE RESPOSTAS** só podem ser feitas com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira (grafite) e(ou) borracha.
- Em nenhuma hipótese haverá substituição deste **CARTÃO DE RESPOSTAS** por erro de preenchimento do candidato.
- Não é permitida marca identificadora nesta parte do **CARTÃO DE RESPOSTAS**.
- Após o preenchimento do **CARTÃO DE RESPOSTAS** passe as respostas para o formulário **ONLINE** para participar do Ranking Geral do MPU.
- O formulário pode ser acessado na página do **MPU** no Blog do **Estratégia Concursos**.

FOLHA DE RESPOSTAS

	CERTO	ERRADO
01		
02		
03		
04		
05		
06		
07		
08		
09		
10		
11		
12		
13		
14		
15		
16		
17		
18		
19		
20		
21		
22		
23		
24		
25		
26		
27		
28		
29		
30		

	CERTO	ERRADO
31		
32		
33		
34		
35		
36		
37		
38		
39		
40		
41		
42		
43		
44		
45		
46		
47		
48		
49		
50		
51		
52		
53		
54		
55		
56		
57		
58		
59		
60		

	CERTO	ERRADO
61		
62		
63		
64		
65		
66		
67		
68		
69		
70		
71		
72		
73		
74		
75		
76		
77		
78		
79		
80		
81		
82		
83		
84		
85		
86		
87		
88		
89		
90		

	CERTO	ERRADO
91		
92		
93		
94		
95		
96		
97		
98		
99		
100		
101		
102		
103		
104		
105		
106		
107		
108		
109		
110		
111		
112		
113		
114		
115		
116		
117		
118		
119		
120		

PORTUGUÊS – PROF. FELIPE LUCCAS

TEXTO I

MINISTÉRIO PÚBLICO – POSIÇÃO CONSTITUCIONAL

A Constituição dispensa ao Ministério Público tratamento especial, instituindo princípios, ampliando suas funções e fixando garantias tanto para a instituição como para seus 5 membros.

O Ministério Público não chega a ser considerado um quarto poder do Estado, mas a Constituição o coloca a salvo da intervenção de outros Poderes, assegurando aos seus membros 10 independência no exercício de suas funções. Com efeito, o Ministério Público é assim conceituado pela Constituição Federal de 1988: "Art. 127. O Ministério Público é instituição 15 permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis."

Assim, o Ministério Público não promove a defesa dos interesses dos governantes, de quem 20 se acha desvinculado, mas busca realização dos interesses da sociedade.

<http://www.conteudojuridico.com.br/artigo.funcoes-essenciais-da-justica-brasileira.24050.html>

Acerca das ideias e dos aspectos linguísticos do texto CB2A1BBB, julgue os itens seguintes.

1. Depreende-se do texto que o Ministério Público é um Poder imprescindível à função jurisdicional do Estado, recebendo, por esse motivo, tratamento constitucional privilegiado que o torna imune à intervenção dos demais Poderes.

2. Pode-se inferir do texto que a interferência dos Poderes no Ministério Público poderia constituir uma ameaça à sua independência no exercício da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

3. Nas relações de coesão interna do texto, os vocábulos "suas" (l.3) e "seus" (l.4) possuem referentes distintos.

4. O termo "aos seus membros" (l.9) poderia ser substituído por "lhes", sem prejuízo à correção gramatical ou às relações semânticas originais do texto.

5. Haveria alteração semântica se o vocábulo "Assim" (l.18) fosse deslocado para imediatamente após "promove".

6. O pronome "lhe" em "incumbindo-lhe" (l.15) não poderia ser anteposto ao verbo, pois a posição proclítica causaria prejuízo à correção gramatical.

TEXTO II

Lendas e Mitos

Lenda é uma narrativa fantasiosa transmitida pela tradição oral através dos tempos.

De caráter fantástico e/ou fictício, as lendas combinam fatos reais e históricos com fatos 5 irreais que são meramente produto da imaginação humana.

Com exemplos bem definidos em todos os países do mundo, as lendas geralmente fornecem explicações plausíveis, e até certo 10 ponto aceitáveis, para coisas que não têm explicações científicas comprovadas, como acontecimentos misteriosos ou sobrenaturais.

Podemos entender que Lenda é uma degeneração do Mito. Como diz o dito popular 15 "Quem conta um conto aumenta um ponto", as lendas, pelo fato de serem repassadas oralmente de geração a geração, sofrem alterações à medida em que vão sendo recontadas.

<https://www.sohistoria.com.br/lendasemitos/>

Acerca das ideias e dos aspectos linguísticos do texto II, julgue os itens seguintes.

7. Considerando aspectos como finalidade e tipologia textual, o texto acima é predominantemente expositivo e traz uma definição.

8. Depreende-se do texto a possibilidade de uma lenda fornecer para um fenômeno misterioso ou sobrenatural uma explicação que não se pode aceitar como válida ou razoável.

9. Considerando o sentido contextual das expressões utilizadas, as palavras "lenda" (l.13) e "mito" (l.14) foram utilizadas como antônimos.

10. Em conformidade com o padrão culto da língua e os sentidos do texto, a locução "à medida em que" (l.17-18) deveria ser substituída por "na medida em que".

11. O vocábulo "como" (l.14) introduz uma comparação.

12. O segmento “pelo fato de serem repassadas oralmente de geração a geração” (l.16-17) expressa a causa de as lendas sofrerem alterações ao longo do tempo.

13. A inserção de uma vírgula após “irreais” (l.5) manteria a correção gramatical, embora alterasse o sentido original do texto.

TEXTO III

A Carta Constitucional assegura, em seu artigo 2º, os três poderes, mas também, posteriormente, define suas composições, funções e prerrogativas, senão vejamos: “São 5 poderes da união, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário”.

Logo, entendemos que o Poder Legislativo tem a função típica de legislar, ou seja, de traduzir, através de leis, o sentimento social, é a 10 vox populi, um fato ocorrido em sociedade que tenha elevado valor e traga uma mudança social que necessita de normatização, e tem como função atípica, a de fiscalizar se os outros dois poderes estão cumprindo essas normas e 15 administrar a própria casa de leis. O Poder Judiciário tem a função típica de aplicar o direito no caso concreto, exerce uma jurisdição complementar em relação ao Poder Legislativo, visto que, enquanto este elabora a lei visando 20 um caso abstrato, aquele aplica a lei no caso concreto, e tem a função atípica de legislar, em face de ser competente em elaborar seu regimento interno e administrativo. O Poder Executivo tem a função precípua de administrar, 25 sempre de acordo com o ordenamento legislativo, sob pena do ato administrativo “nascer” nulo. E tem por função atípica o ato de legislar através dos atos normativos, quais sejam, as Medidas Provisórias, Leis Delegadas, 30 Decretos e Portarias.

Para manter a harmonia entre os poderes, a Constituição Federal consagra um complexo mecanismo de controles recíprocos entre os três poderes, de forma que, ao mesmo tempo, um 35 poder controle os demais e por eles seja controlado. Esse mecanismo denomina-se teoria dos freios e contra pesos.

(Rodrigo Leventi Guimarães, com adaptações)

14. Infere-se dos sentidos do texto que os três poderes possuem funções legislativas.

15. As vírgulas que antecedem os vocábulos “mas” (l.2) e “funções” (l.4) se justificam pela mesma regra gramatical.

16. Os pronomes “este” (l.19) e “aquele” (l.20) funcionam como mecanismos de coesão e remetem, respectivamente, a “Poder Judiciário” (l.14-15) e “Poder Legislativo” (l.17).

17. O adjetivo “precípua” (l.24) foi empregado com sentido de “principal”.

18. A forma verbal “nascer” (l.27) foi empregada entre aspas para destacar seu sentido conotativo.

19. A supressão da vírgula após “Logo” (l.7) não causaria prejuízo à correção gramatical ou aos sentidos do texto, pois a pontuação, nesse caso, é facultativa.

20. A palavra “se” (l.13) classifica-se como conjunção e introduz oração condicional.

LEGISLAÇÃO APLICADA AO MPU E AO CNMP PROF. TIAGO ZANOLLA E RENAN ARAÚJO

21. Nos termos da Constituição Federal, o Ministério Público é instituição permanente, exercendo a jurisdição do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

22. O Ministério Público tem atuação repressiva e preventiva. Na primeira hipótese, visa à recomposição do dano, enquanto na preventiva ataca o ilícito ou suas dimensões, evitando sua prática ou continuidade.

23. O Ministério Público, instituição permanente que desempenha atividade essencial à função jurisdicional do Estado, não é subordinado administrativamente a quaisquer dos Poderes da República, detém legitimidade para postular, em juízo, direitos individuais homogêneos disponíveis.

24. O Ministério Público Comum abrange o Ministério Público da União e os Ministérios Públicos dos Estados.

25. Compete ao Ministério Público Federal exercer, no que couber, junto à Justiça Eleitoral, as funções do Ministério Público, atuando em todas as fases e instâncias do processo eleitoral, sendo todo promotor eleitoral um membro do Ministério Público Local.

26. Pelo princípio da independência funcional, entende-se que o Ministério Público está isento da influência externa de outros órgãos, agentes ou Poder.

27. Os membros do Ministério Público constituem um conjunto indivisível, portanto, um membro do Ministério Público do Trabalho pode substituir um membro do Ministério Público Federal.

28. Os membros do Ministério Público da União, durante o estágio probatório, somente poderão perder o cargo mediante sentença judicial transitada em julgado.

29. Aos membros do Ministério Público é vedado o exercício de qualquer outra função pública ou privada, salvo uma de magistério.

30. A vedação ao exercício da advocacia aos membros do MPDFT é absoluta, uma vez que já lhes era vedada mesmo antes da promulgação da Constituição Federal de 1988.

31. O Conselho de Assessoramento Superior do Ministério Público da União deverá aprovar a proposta de orçamento do Ministério Público da União.

32. Se a proposta orçamentária do Ministério Público for encaminhada em desacordo com os limites estipulados na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Legislativo procederá aos ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária anual

33. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Ministério Público da União será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, com o auxílio do Tribunal de Contas da União e por sistema próprio de controle interno.

34. O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a reeleição.

35. O Procurador-Geral da República designará, dentre os integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, o Vice-Procurador-Geral da República, que o substituirá em caso de vacância.

36. São requisitos para ser chefe de quaisquer dos ramos do MPU, ser integrante da respectiva carreira, maior de 35 anos e com cinco anos de carreira.

37. A destituição do Procurador-Geral do Trabalho será proposta ao Procurador-Geral da República pelo Conselho Superior, mediante

deliberação obtida com base em voto secreto de dois terços de seus integrantes.

38. O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

39. Os MPs que atuam perante os Tribunais de Contas não se submetem ao controle administrativo, financeiro e disciplinar do Conselho Nacional do Ministério Público.

40. O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, sendo, dentre eles, dois cidadãos, um indicado pelo STJ e outro pelo STF.

ACESSIBILIDADE – PROF. RICARDO TORQUES

Em relação à Lei 13.146/2015, julgue os itens subsecutivos:

41. A avaliação da deficiência será sempre biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará, entre outros aspectos, as restrições de participação.

42. Em programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, a pessoa com deficiência goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia, com a reserva de, pelo menos, 3% das unidades, podendo ser reconhecido o direito mais de uma vez, a critério da entidade responsável pela administração

43. Terá direito a auxílio-inclusão a pessoa com deficiência moderada ou grave que receber benefício de prestação continuada (BPC-LOAS) e que passe a exercer atividade remunerada que a enquadre como segurado obrigatório do RGPS ou que tiver recebido, nos últimos 5 anos, o BPC-LOAS e que exerça atividade remunerada que a enquadre como segurado obrigatório do RGPS.

44. A pessoa com deficiência somente será atendida sem seu consentimento prévio, livre e esclarecido em casos de risco de morte e de emergência em saúde, resguardado seu superior interesse e adotadas as salvaguardas legais cabíveis.

45. A frota da empresa de táxi Rodando S/A possui 400 veículos, dos quais 40 devem ser acessíveis à pessoa com deficiência, para

atender às exigências constantes da legislação de regência.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO – PROF. HERBERT ALMEIDA

46. A comissão de ética poderá aplicar ao servidor a sanção de censura, ainda que a conduta infracional tenha sido cometida durante a vida particular do servidor.

47. A ação de reparação de dano por ato de improbidade administrativa que implique lesão ao erário é imprescritível, ainda que decorrente de conduta culposa.

48. Conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, uma vez extinta a punibilidade pela prescrição, a autoridade julgadora não mais poderá punir o servidor, devendo limitar-se ao registro do fato nos assentamentos individuais do servidor.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO – PROF. PAULO GUIMARÃES

49. Os integrantes das Comissões Permanentes de Ética, estabelecidas pela Portaria PGR/MPU nº 98/2017, possuem mandato de dois anos, com direito a uma recondução.

50. Princípios são normas que prescrevem condutas de forma clara e objetiva.

DIREITO CONSTITUCIONAL – PROF. RICARDO VALE E NÁDIA CAROLINA

Analise as seguintes assertivas referentes a direitos fundamentais:

51. A Constituição Federal admite a dissolução compulsória de associação por decisão judicial, independentemente do trânsito em julgado.

52. O direito de utilizar, publicar ou reproduzir suas obras pertencem exclusivamente aos autores, sendo transmissível aos herdeiros de forma vitalícia.

53. O constituinte de 1988, para construir uma “Constituição cidadã”, garantiu aos analfabetos o direito de votarem e serem votados.

54. Os partidos políticos, nos termos da lei, podem receber recursos de entidades estrangeiras, desde que não-governamentais.

Sobre a organização politico-administrativa, considere:

55. Os Municípios podem estabelecer alianças com Igrejas, nos casos expressamente previstos em lei complementar.

56. Os potenciais de energia hidráulica e as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são bens da União.

57. Para o desmembramento de um estado, é necessário consultar a população da área a ser desmembrada e a população do território remanescente.

Considere as seguintes assertivas, sobre Administração Pública:

58. A Carta Magna exige a equiparação remuneratória de servidores públicos de cargos semelhantes, nos termos da lei.

59. O princípio da moralidade administrativa não se limita a impor ao servidor o dever de praticar atos que sejam juridicamente corretos.

60. A Carta Magna admite a percepção simultânea de proventos de aposentadoria pelo RPPS com as remunerações de cargo em comissão ou de cargos que sejam acumuláveis para o servidor em atividade.

A respeito das atribuições do presidente da República e dos ministros de Estado, julgue as assertivas:

61. Compete privativamente ao presidente da República determinar, mediante decreto, a criação de cargos públicos.

62. A celebração de tratados, convenções e atos internacionais pelo presidente da República está sujeita a referendo do Congresso Nacional.

63. As competências privativas do presidente da República não poderão ser objeto de delegação.

Julgue as assertivas a seguir, que tratam de Poder Legislativo.

64. Compete ao Senado Federal aprovar, previamente, a escolha de ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República.

65. O Distrito Federal elegerá três Senadores, com mandato de oito anos. Os Municípios, todavia, não têm representação no Senado Federal.

DIREITO ADMINISTRATIVO – PROF. HERBERT ALMEIDA

Sobre os atos administrativos, julgue os itens a seguir.

66. Uma portaria interna elaborada pelo chefe de determinado órgão público com o objetivo de orientar e padronizar condutas internas dos seus agentes constitui ato ordinatório.

67. Situação hipotética: Alonso, servidor ocupante de cargo em comissão no âmbito da Administração Federal, denunciou um conjunto de irregularidades cometidas pelo seu chefe. Logo, após as denúncias, foi emitido ato de exoneração de Alonso, alegando-se que ele faltava reiteradamente ao serviço. Restou comprovado, no entanto, que ele jamais havia faltado ao serviço. **Assertiva:** não se aplica a teoria dos motivos determinantes ao caso, uma vez que a autoridade sequer tinha o dever de motivar o ato.

68. As sanções disciplinares aplicáveis aos servidores públicos não gozam do atributo da autoexecutoriedade, uma vez que se submetem à sindicabilidade do Poder Judiciário.

69. Um dos conceitos de fato administrativo remete aos atos concretos praticados pela administração como consequência de um ato administrativo emitido anteriormente.

A respeito dos poderes administrativos, julgue as questões a seguir.

70. Não é possível a aplicação de sanções pecuniárias por sociedade de economia mista, facultado o exercício do poder de polícia fiscalizatório.

71. A administração exerce o poder disciplinar quando aplica sanção disciplinar por infração cometida pelo preso, durante o cumprimento de sanção penal.

72. O poder discricionário também se manifesta quando se edita ato revogatório.

73. Em regra, o poder regulamentar pode inovar na ordem jurídica, uma vez que possui respaldo no próprio texto constitucional.

Sobre os agentes públicos e o regime jurídico aplicável aos servidores públicos federais, julgue os itens a seguir.

74. O exercício de função de confiança se inicia na data da publicação do ato de designação, mas

o ato de designação será tornado sem efeito se o servidor não entrar em exercício nesse prazo, salvo situação de licença ou afastamento por qualquer outro motivo legal.

75. A licença para tratar de interesses particulares pode ser concedida ao servidor durante o estágio probatório, desde que já seja estável no serviço público.

76. O servidor que coagir ou aliciar subordinados para se filiarem a partido político estará sujeito, nos termos da Lei nº 8.112/1990, à sanção disciplinar de demissão, sendo que a ação disciplinar prescreverá em cinco anos, contados da data do conhecimento do fato.

Sobre as licitações públicas, julgue as assertivas a seguir.

77. Situação hipotética: Antônio dispensou licitação pública sem observar as exigências legais, favorecendo a contratação da empresa Dilapidando o Erário S/A. Após as devidas apurações, constatou-se o superfaturamento do objeto contratual. **Assertiva:** Antônio terá responsabilidade civil e penal, no entanto apenas a empresa contratada responderá pelo prejuízo causado à Fazenda Pública, salvo se restar comprovado que Antônio recebeu parcela do dinheiro oriundo do superfaturamento.

78. Concorrência e tomada de preços são modalidades, enquanto menor preço e maior lance ou oferta são tipos de licitação.

79. A exigência de garantia de proposta, no pregão, é admitida mediante justificativa da autoridade máxima do órgão ou entidade promotor da licitação, desde que fundamentada em razões de interesse público.

80. É cabível a aplicação de margem de preferência, nos processos de licitação, para os bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos para pessoa com deficiência e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO – PROF. CARLOS XAVIER

81. O modelo de administração gerencial puro é voltado para os impactos gerados na sociedade, ou seja, a efetividade.

82. A administração pública burocrática prega uma maior eficiência nos processos.

83. Os modelos de excelência em gestão pública são construídos numa lógica de defeito zero: as organizações que aplicarem o modelo buscam, como objetivo, a eliminação de defeitos.

84. O processo decisório intuitivo deve ser considerado complementar ao racional: em situações de grande estresse, falta de clareza nos objetivos e turbulência no ambiente a decisão intuitiva pode gerar resultados superiores ao processo racional.

85. No processo decisório, o diagrama de Pareto é utilizado para identificar-se as causas de um problema.

86. Processos são conjuntos de atividades temporárias que geram um resultado único, exclusivo.

87. Projetos são processos temporários que geram resultados únicos e diferentes dos anteriores.

88. Ao realizar um projeto, o gestor de uma organização possui maior possibilidade de interferência sobre suas entregas no seu início do que no seu final, já que os custos de modificação do escopo do projeto sobem com o decorrer de sua execução.

89. Uma organização pública que estabelece que o seu negócio é o "controle dos recursos públicos" está utilizando do melhor conhecimento disponível sobre planejamento estratégico.

90. Segundo Kaplan e Norton, as perspectivas do BSC aplicáveis à gestão pública são: sociedade, processos internos, aprendizagem e orçamento.

91. Uma organização que utiliza a Matriz SWOT deve classificar o elevado poder de barganha dos seus fornecedores atuais como uma fraqueza.

92. A avaliação de desempenho é um processo de aplicar as pessoas na organização, e não um processo de monitorar pessoas.

93. A cultura organizacional pode ser dividida em diferentes níveis: os artefatos, as pressuposições invisíveis (base para os artefatos) e os valores compartilhados (também invisíveis e base para as pressuposições).

94. Clima organizacional é o resultado das percepções de ênfase afetiva sobre o ambiente de trabalho

95. A seleção é o processo de gestão de pessoas que faz a busca e triagem de candidatos em relação aos requisitos do cargo a ser preenchido na organização.

96. A liderança orientada para as tarefas é aquela que se preocupa em ensinar as tarefas para os funcionários, demonstrando preocupação com o fato de que o funcionário compreenda o sentido e a inserção da tarefa para a realização dos objetivos organizacionais.

97. Um líder que busca compreender a maturidade média do grupo para adotar um estilo de liderança apropriado está praticando o proposto pela teoria da liderança situacional de Hersey e Blanchard.

98. A administração pública no Brasil teve, como primeira experiência de cunho burocrático, a implementação do DASP na década de 1930.

99. A conversão de conhecimento tácito em novo conhecimento tácito só é possível por meio do processo de socialização.

100. Treinamento, como instrumento de desenvolvimento, é a técnica de capacitação voltada para as necessidades do cargo atualmente ocupado pelo funcionário.

ARQUIVOLOGIA – PROF. CARLOS XAVIER

101. Assim como os museus e bibliotecas, arquivos são baseados em coleções de documentos obtidos de diferentes fontes, tendo finalidade cultural, didática, técnica e científica.

102. Um fundo é constituído pelo conjunto de documentos de uma mesma procedência, acumulado de forma orgânica, podendo ser do tipo "fundo fechado" – relativo a organizações que não mais existem e produzem documentos orgânicos, somente podendo receber documentos orgânicos que não se incorporaram enquanto o fundo era aberto.

103. A juntada de documentos geralmente se dá por meio da apensação (de caráter permanente) e da anexação (de caráter provisório).

104. A Teoria das Três Idades propõe a existência de arquivos correntes (com uso em até cinco dias), intermediários (que podem ser requisitados por 1 ano) e permanentes (que se incorporam permanentemente ao acervo arquivístico da organização).

105. Segundo o princípio da pertinência territorial propõe o arquivamento de um

documento no território sobre o qual ele é pertinente, podendo resultar em dispersão geográfica dos arquivos e descumprimento do princípio da territorialidade dos arquivos públicos.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTARIA E ORÇAMENTO PÚBLICO – PROF. SÉRGIO MENDES

106. Se, no cumprimento do programa orçamentário de capacitação externa dos servidores, o MPU tiver pago, no orçamento de 2017, diárias aos seus servidores, essas despesas deverão ser classificadas como outras despesas correntes.

107. Segundo a natureza da despesa, amortização e juros da dívida deverão ser classificados na categoria econômica de despesas de capital.

108. Conforme determinações constantes na CF, a LOA deve compor-se de três orçamentos: fiscal, previdência social e de investimento das empresas estatais.

109. O planejamento orçamentário federal observa o princípio da unidade elaborando única lei composta pelo orçamento fiscal, o orçamento da seguridade social e o orçamento de investimentos das estatais de todos os entes da Federação.

110. O superávit financeiro apurado no balanço financeiro do exercício anterior não constitui fonte de recursos para a abertura de créditos especiais e suplementares.

111. A LRF estabelece que até final de junho os estados e municípios encaminhem suas contas ao Poder Executivo da União, para efeito de consolidação das contas dos entes da Federação, estabelece restrições em caso de descumprimento, dentre as quais o recebimento de transferências voluntárias e contratações de operações de crédito para refinar a dívida mobiliária.

112. Se os créditos suplementares e especiais forem autorizados e promulgados nos últimos quatro meses de um exercício, eles podem ter sua vigência prorrogada para o exercício financeiro subsequente, através de um novo ato da administração pública, enquanto perdurar o saldo correspondente.

113. O projeto da Lei Orçamentária anual deverá ser encaminhado ao Legislativo quatro

meses antes do término do exercício financeiro e devolvido ao executivo até o encerramento da sessão legislativa do exercício de sua elaboração.

114. O orçamento-programa é um instrumento de planejamento da ação do Governo, por meio da identificação dos seus programas de trabalho, projetos e atividades, com estabelecimento de objetivos e metas a serem implementados e previsão dos custos relacionados.

115. O relatório resumido de execução orçamentária deve conter demonstrativo específico dedicado aos restos a pagar, evidenciando-se os valores inscritos, os pagamentos realizados e o montante a pagar.

PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – PROF. RICARDO TORQUES

A respeito da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, julgue o item seguinte:

116. A Convenção prevê apenas os relatórios e as comunicações interestatais como mecanismos de fiscalização dos direitos assegurados em seu texto. O mecanismo de petições individuais, além de não estar previsto na Convenção, conforme doutrina, não é indicado para regular aplicação de direitos humanos dada a ingerência em matéria de soberania estatal.

A respeito da Lei nº 12.288/2010, que disciplina o Estatuto da Igualdade Racial, julgue os itens seguintes:

117. Ações afirmativas são programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades.

118. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Congresso Nacional editar, no uso de atribuição privativa, Decreto Legislativo para a concessão do título.

119. A PNPCT tem como principal objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.

A respeito da Lei 12.990/2014, julgue o item seguinte:

120. São assegurados aos negros 20% das vagas ofertadas em concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.